



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 637546 - PR (2020/0349137-9)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : JOHRANN FRITZEN NOGUEIRA
ADVOGADO : JOHRANN FRITZEN NOGUEIRA - PR074322
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : ELIAS OLIVEIRA RODRIGUES (PRESO)
PACIENTE : OSVALDO JUNIOR SEGANFREDO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELIAS OLIVEIRA RODRIGUES e OSVALDO JUNIOR SEGANFREDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (Processo n. 50604142620204040000).

Os pacientes foram presos em 20 de dezembro de 2020 pela suposta prática dos crimes descritos nos arts. 334 e 288 do Código Penal. Foi concedida liberdade provisória aos pacientes mediante o pagamento de fiança, no prazo estipulado, dia 28/12/2020, sob pena de reconversão da prisão dos pacientes em preventiva.

O impetrante sustenta que os pacientes encontram-se na iminência de serem presos pelo simples fato de não possuírem numerários suficientes para pagar a fiança arbitrada, ainda que ausentes quaisquer dos elementos necessários à decretação da prisão preventiva, previstos no art. 312 do CPP, e patente a violação do art. 319 do CPP. Aduz que os pacientes são primários e possuem bons antecedentes, e declararam de próprio punho não terem condições de arcar com o valor arbitrado. E que é o caso de superação do óbice da Súmula 691/STF, haja vista a grave ilegalidade, abuso, irrazoabilidade e teratologia do entendimento em questão.

Requer, liminarmente, a concessão da medida de urgência, para que sejam os pacientes isentados do pagamento de fiança, ou que ela seja reduzida ao mínimo legal, e eles possam aguardar em liberdade o desfecho da ação penal. No mérito, pugna-se pela concessão da ordem em definitivo, ratificando-se a liminar e mantendo a liberdade dos pacientes mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prestação de fiança.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente